

## Sumário

Projeto Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.....	2
Apresentação.....	2
O Ensino Superior no Brasil.....	3
O Ensino Superior na Região Sul.....	5
O Ensino Superior Público Federal na Mesorregião.....	5
A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.....	10
As políticas nacionais de desenvolvimento regional.....	10
A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul no contexto das políticas de desenvolvimento regional.....	12
A importância da criação de uma Universidade Federal na Mesorregião.....	17
Papel e foco da Universidade Federal na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.....	22

# **Projeto Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**

## ***Apresentação***

O presente projeto apresenta os subsídios, informações relevantes e a proposta de criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFMM). Mais especificamente, são exibidos os diferentes aspectos relacionados com a caracterização da região quanto às necessidades de ensino público e gratuito, os impactos sociais e econômicos para o desenvolvimento regional, a concepção de desenvolvimento, de educação e de Universidade e a demanda por cursos que atendam as necessidades da população local, em especial o campesinato, a agricultura familiar e as classes populares urbanas, historicamente excluídas da estrutura das universidades, e a inter-relação com os demais países do Mercosul.

O documento base inclui inicialmente uma análise da educação superior em nível de Brasil, da região Sul e da Mesorregião. Neste contexto, está claramente evidenciado que o Ensino Público Federal está praticamente ausente na Mesorregião.

Num segundo momento foram abordados as características e condições atuais de desenvolvimento da Mesorregião, apontando para a necessidade de uma abordagem mais específica a partir do olhar e das necessidades das classes populares e Movimentos Sociais Populares presentes no território.

No conjunto, o projeto propõe a implantação de uma Universidade Federal com foco específico na Agricultura Familiar e Camponesa e nas classes populares urbanas, com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos a partir das demandas e da realidade dessas populações.

Finalmente, são incluídas as necessidades associadas à infra-estrutura física, administrativa e acadêmica.

## ***O Ensino Superior no Brasil***

O Ensino Superior no Brasil tem como marcos iniciais a criação dos primeiros cursos com a vinda da Família Real Portuguesa, no início do século XIX, e a criação da primeira Universidade em 1920. Pelo Decreto nº 13.343, de 07.09.1920, foram agrupadas a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito, formando a Universidade do Brasil.

Entre os anos 1920 e 1950 foram criadas poucas universidades, podendo ser destacadas a UFMG, a UFRGS e a USP, esta última, criada em 1934, como a primeira a atender as normas estabelecidas pelo Estatuto das Universidades.

No ano de 1954 o Brasil contava com 16 universidades, sendo três em São Paulo, duas no Rio Grande do Sul, uma no Paraná, três em Pernambuco, uma na Bahia, três em Minas Gerais e três no Rio de Janeiro. Destas, cinco eram confessionais e onze mantidas pelos governos federal e estaduais, ou por ambos. Entre os anos de 1955 e 1964, foram criadas mais 21 universidades, sendo cinco católicas e 16 estaduais. É nesse período que ocorre o processo de federalização do ensino superior brasileiro, e há maior desenvolvimento de instituições, tanto no âmbito público quanto privado. Com a promulgação da LDB em 1996, a expansão no setor privado foi vertiginosa, enquanto o setor público se manteve estagnado.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2004 demonstram que houve um expressivo aumento de vagas nos últimos 10 anos. Em 1994, estavam matriculados 1.661.034 estudantes e, em 2004, já somavam 4.163.733, um crescimento de 150,7%. Contudo, é o setor privado que explode, com 71,7% das matrículas, ou seja, 2.985.405 estudantes.

Porém, até este momento, mesmo que os números sejam representativos na sua evolução, o ensino superior brasileiro continua sendo elitista. Os dados do Censo da Educação Superior de 2004 mostram que, do total populacional de jovens com idade entre 18 e 24 anos (24.072.318), somente 10,4% conseguem ter acesso ao Ensino Superior. Para além do baixo percentual de inclusão deve-se observar que os setores mais pobres da população, formados pelas classes populares urbanas e pela Agricultura Familiar/Campesinato, possuem muito mais dificuldades para acessar ao ensino superior, especialmente o público.

É medida muito importante para superação deste limite a vinculação de vagas no ensino superior para educandos e educandas oriundos das escolas públicas, hoje através do ENEM.

O conjunto do ensino superior no Brasil adota a formação para o mercado do trabalho como princípio orientador. Essa opção estabelece uma relação direta da universidade com o mercado, sem respeitar a pluralidade e a diversidade que caracterizam a população brasileira e promovendo

do uma ação homogeneizadora incompatível com a realidade.

A criação de universidades especializadas, a exemplo da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná e das universidades rurais, está vinculada às demandas e necessidades do capital ou do agronegócio. Os Movimentos Sociais e Populares, tanto do campo como da cidade, não possuem espaço nas universidades para suas demandas de ensino, pesquisa e extensão.

O Governo do Presidente Lula retoma o processo de expansão do Ensino Superior Público e cria outros mecanismos de acesso ao ensino superior como o PROUNI, a educação à distância e Universidade Aberta do Brasil.

Foram criadas quatro novas Universidades Federais e mais quarenta e dois *campi* ligados às instituições já existentes. O PROUNI permitiu o acesso às universidades para mais de 130 mil jovens de baixa renda. Através da educação à distância foram incluídos mais 41 mil alunos, representando um crescimento anual de 22,6%, e a Universidade Aberta do Brasil, que já ofereceu 9.500 vagas até o momento, tem a expectativa de oferecer mais de 100 mil vagas.

Há uma expectativa de que a meta de incluir 30% da população entre 18 e 24 anos, prevista no PNE, seja atingida, representando um avanço muito grande frente à realidade brasileira atual.

Em nenhum momento da história tantas pessoas frequentaram a escola e em tantos níveis. Atualmente são 34.012.434 alunos no Ensino Fundamental, 9.169.357 no Ensino Médio e 4.163.733 no Ensino Superior.

O Brasil possui 2.013 instituições de ensino superior. Deste total, apenas 11,1% são públicas, enquanto 88,9% pertencem à iniciativa privada. As universidades somam 169, respondendo por apenas 8,4% do total das instituições, mas são responsáveis por 56,9% das matrículas e 56,2% dos cursos, ou seja, 10.475 dos 18.644 cursos de graduação presenciais.

Outro aspecto importante a salientar é a grande expansão do ensino superior no país, a partir da publicação da LDB (Lei ° 9394/96). No entanto, essa expansão se deu fundamentalmente no ensino superior privado e com maior oferta de cursos noturnos. De acordo com os dados do MEC/INEP, em 2003, de um total de 3.887.022 matrículas ofertadas, 2.270.466 são de cursos noturnos, sendo 1.863.209 no setor privado e apenas 405.257 no setor público.

Grande parte das pessoas que frequentam esses cursos noturnos enfrentam uma dupla jornada, trabalhando durante o dia e estudando à noite. Por mais sobrecarga que isso possa representar, essa é a única forma encontrada para frequentar um curso superior. A necessidade de renda, a distância das universidades públicas e gratuitas e as condições desiguais para enfrentar os processos de seleção, em função do nível das escolas de ensino médio frequentadas, são razões que colocam as pessoas que mais necessitariam do ensino gratuito em universidades pagas.

O desafio a ser enfrentado pelo Governo Federal é o de gerar um novo processo e uma nova concepção de universidade que se especialize no atendimento das demandas e necessidades das classes populares, da cidade e do campo, estudando e pesquisando a partir de seus saberes e concepções de desenvolvimento e de educação.

### ***O Ensino Superior na Região Sul***

A região Sul do Brasil, que compreende os estados do Paraná(PR), Santa Catarina(SC) e Rio Grande do Sul(RS), soma uma população de 25.107.616 habitantes, segundo Censo de 2000.

Na região Sul percebeu-se uma expansão proporcional ao restante do país, mantendo a mesma tendência de concentração no ensino privado e cursos noturnos. Os percentuais de crescimento na década (1992/2003), segundo o MEC/INEP, variou de 170% (PR e RS) a 239%(SC). Nos três estados da região, em 2003, foram ofertadas 745.164 matrículas.

A estrutura de ensino superior federal na região compreende nove universidades federais, três centros de educação federal tecnológica e uma faculdade federal de ciências médicas. (Ver quadro 1 – Anexo)

Dentre as oito universidades, estão algumas das mais antigas e conceituadas universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Paraná – UFPR, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

As Universidades Federais de Santa Maria, Rio Grande e Pelotas são exemplos bem sucedidos de interiorização universitária no espaço territorial e social brasileiro. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - é o primeiro exemplo de universidade especializada, na área tecnológica, implantada com base nas inovações previstas na LDB no. 9394/96 para a criação e funcionamento de instituições de nível superior.

O conjunto das IFES oferece 20.416 vagas. O total de alunos inscritos no vestibular de 2003 foi de 207.805, perfazendo uma relação aluno/vaga equivalente a 10,18 alunos por vaga. Observa-se, portanto, uma demanda bem superior à capacidade de atendimento das IFES.

### ***O Ensino Superior Público Federal na Mesorregião***

Ao se considerar o Ensino Superior Público Federal na Mesomercosul, a primeira constatação a ser registrada é a sua ausência. O Mapa nº 1, em anexo, mostra que todas as IFES existentes tem sua sede fora desta Mesorregião. Vê-se, portanto, que neste complexo mesorregional de 415 municípios, com população superior a 4 milhões de habitantes, a União atua na estrutura do ensino técnico, através da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – nos Campus de Pato Branco, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão (recém incorporado), nos Campus de Palmeiras das

Missões e Frederico Westphalen (RS) (ligados à Universidade Federal de Santa Maria), estes instalados no recente processo de expansão, e dos Centros Federais de Ensino Técnico – CEFET.

Como também se pode notar, no Mapa nº 2 em anexo, o Estado do Paraná, que estruturou um importante sistema de ensino superior, tem suas universidades sediadas ao Norte (Universidade de Londrina/UEL e Universidade de Maringá/UEM), ao Oeste (Universidade do Oeste do Paraná/UNIOESTE, com sede em Cascavel), ao Centro (Unicentro, com sede em Guarapuava) e ao Sul (Universidade estadual de Ponta Grossa/UEPG). Nenhuma delas possui sua sede no Sudoeste. Somente a UNIOESTE possui um campus na cidade de Francisco Beltrão, oferecendo vários cursos, mas nenhum na área da agricultura.

Face à ausência do ensino superior público e considerando a distância das IFES, bem como a demanda de ensino superior, de ciência e tecnologia, foi implantado um conjunto de instituições de Ensino Superior Privado, originando o modelo das universidades comunitárias.

Na porção gaúcha da Mesomercosul, estão sediadas a Universidade de Passo Fundo/UPF, a Universidade de Ijuí/Unijuí, a Universidade Regional Integrada/URI e a Universidade de Cruz Alta/UniCruz. Na porção catarinense, estão implantadas a UNOESC e a UnoChapecó. Entretanto, possuem um fator limitante. Para poder se viabilizar, dependem do ensino pago. Ao alcançarem a condição de universidade as dificuldades também aumentaram na medida em que ao custo do ensino passou-se a agregar o dispêndio com a pesquisa e a extensão.

Pelas facilidades na implantação de instituições de ensino superior ocorreu, também, a disseminação de dezenas de centros de ensino superior que apenas desenvolvem o ensino, sem programas de pesquisa e extensão.

Observando-se a formação social, cultural e econômica da Mesorregião pode-se afirmar que a grande ausência na área do Ensino Superior, tanto público, federal e estadual, quanto privado, é falta de instituições e cursos que tenham como foco as classes populares, tanto das cidades como do campo. No campo, a presença significativa de agricultores familiares, camponeses, suas organizações e movimentos sociais, que constituem um dos principais elementos de identidade territorial, são completamente desconsiderados pela estrutura do ensino superior. Suas práticas e experiências na construção de novos modelos de desenvolvimento e de educação não tem espaço no ambiente universitário para estudos e pesquisas que possam fundamentar a construção de projetos alternativos e contra-hegemônicos, estruturados a partir de suas realidades e propostas. O mesmo processo de dá em relação às classes populares urbanas, com o agravante de se desconsiderar completamente que essa população, nas pequenas e médias cidades que compõem o território, tem sua origem no campo. O intenso êxodo rural ocorrido em função do processo de modernização da agricultura é que formou essa população.

É importante ressaltar, também, que a estrutura de ensino superior no território tem respondido de forma muito adequada à demanda de formação profissional e tecnológica para as grandes empresas agroindustriais, tanto na área da produção, quanto do processamento e dos serviços.

A ausência da atuação da União no âmbito do ensino superior federal nesta Mesorregião possui alguns agravantes:

- a distância da população em relação às IFES;
- a média salarial da população inferior à média da Macrorregião do país,
- um vasto setor da população excluído da universidade pela falta de acesso e, ao mesmo tempo, pela atitude das universidades que não tem a preocupação de incluir os setores populares (agricultura familiar, campesinato e setores populares urbanos) e seus saberes na universidade.
- a impossibilidade de acesso ao ensino superior gratuito dos agricultores familiares, camponeses e seus filhos sem abandono de suas propriedades;
- Universidades existentes com preocupações centradas em preparar pessoas para os mercados de trabalho das empresas e setores econômicos dominantes e que não abrem espaços para o debate de modelos de desenvolvimento alternativos e contra-hegemônicos debatidos e construídos a partir dos movimentos sociais populares;
- Ausência de preocupação com as condições históricas das maiorias da população, a cada dia mais empobrecidas por um modelo de desenvolvimento inadequado às suas condições, e
- a ameaça à competitividade própria que ocorre nas regiões de fronteira em economias em processo de integração, especialmente pelo foco exclusivo na industrialização e no agronegócio voltados para a produção para o mercado globalizado.

A Mesorregião apresenta um PIB per capita de U\$ 3.285, que é 40% menor que o da região Sul (U\$ 5.320). A estrutura salarial é igualmente menor do que a média da região Sul.

Observando-se para além da questão econômica, percebe-se uma região com características muito específicas no desenvolvimento social e cultural. Foi em seu território em que nasceram todos os novos movimentos sociais do campo, como o movimento sindical do campo que rompeu com a submissão à estrutura oficial, hoje articulado na FETRAF-Sul, o Movimento dos Trabalhado-

res Rurais Sem Terra – MST, o Movimento de Atingidos por Barragens, hoje conhecido como MAB, o Movimento de Mulheres Agricultoras.

Foi palco de muitas lutas sociais, promovidas especialmente por agricultores familiares e camponeses na busca de seus direitos fundamentais. Esse espaço de lutas foi construído a partir das práticas sociais dos agricultores familiares e camponeses na sua busca de um projeto alternativo de desenvolvimento, em confrontação com o modelo desenvolvimentista. Esses movimentos conseguem implantar, para além da organização social e cultural, um processo de organização de empreendimentos de caráter solidário envolvendo a produção, a transformação e a comercialização, apontando para novas concepções de desenvolvimento que apontam para a superação da submissão ao capital agroindustrial dominante.

A região se caracteriza, também, pela forte organização econômica fundamentada na integração entre as grandes agroindústrias e a agricultura, num conceito de integração de cadeias produtivas, que promoveu uma forte penetração do capital no campo e um processo de produção para o mercado globalizado. Esta agroindústria integradora se caracteriza pela presença de grandes empresas privadas e de cooperativas tradicionais que se inseriram na atividade. Este é um dos setores com presença mais forte na configuração econômica da região.

Um fator importante a ressaltar é a inadequação do sistema de ensino superior, tanto federal como estadual, comunitário e privado, às características da agricultura familiar e camponesa. Num primeiro aspecto é a questão da frequência diária exigida pelos cursos, que inviabiliza a permanência dos agricultores e seus filhos em sua atividade para poder frequentar cursos superiores. Um segundo aspecto é que, mesmo nas IFES da região sul do país, não existem cursos que tenham como foco o desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa. Em todas as áreas, das ciências agrárias à formação de educadores, a estrutura dos cursos não considera a demanda diferenciada do setor. Um terceiro aspecto é o do ensino à distância, que poderia ser colocado como alternativa ao simples acesso. Não basta, apenas, garantir o acesso. É necessário pensar na adequação dos cursos à condição do público demandante, no caso as famílias de agricultores familiares e camponeses. É um equívoco pensar que o estudo do agronegócio é alternativa para a agricultura familiar e camponesa da mesma forma como é equivocada a preparação de educadores descolados da realidade do campo, especialmente hoje que temos uma política específica de educação do campo, pensada a partir das demandas e da realidade da agricultura familiar e camponesa.

A adequação de foco, currículos e metodologia podem tomar como parâmetro as experiências já em desenvolvimento no Sudoeste do Paraná, com a Pedagogia para Educadores do Campo, desenvolvida numa parceria entre a UNIOESTE, MST, MAB e ASSESOAR. Fundado na metodologia da alternância entre os tempos pedagógicos presenciais e semi-presenciais (ou de comunidade)

e com seu currículo pensado e desenvolvido a partir da realidade da agricultura familiar e camponesa, o curso já está implantando a segunda turma. Essa mesma forma de pensar os cursos pode orientar a implantação de outros, nas mais diversas áreas do conhecimento demandadas pela agricultura familiar e camponesa.

Com a mesma defesa que se fez da implantação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná pode-se, adequadas as razões, defender a implantação de uma universidade que coloque em seu foco este setor historicamente excluído do ensino superior, com possibilidades concretas de gerar conhecimentos e tecnologia, a partir das práticas desses povos do campo, para gerar um novo conceito de sustentabilidade e de relações produtivas.

A partir da mesma reflexão pode-se avançar na concepção de universidade e de cursos adequados à realidade da economia popular e das classes populares urbanas. A problemática urbana das classes populares se diferenciam profundamente da problemática até hoje respondida pelo ensino superior. Não basta que as universidades façam estudos e pesquisas sobre as políticas sociais, normalmente com o foco da superação da miséria. É fundamental que se tome como foco a necessidade de organização social, econômica e cultural dessa população. Cientes de que a economia de mercado não tem condições e nem objetivo de garantir pleno emprego, é necessário que se estude e pesquise, a partir das alternativas populares de geração de trabalho e renda, classificadas pejorativamente de informais.

Finalmente, face às limitações anteriormente apontadas, é indispensável o investimento do setor público mediante a implantação de uma Universidade Federal que permita o acesso ao ensino superior das classes populares e que:

- aporte de forma duradoura, recursos para a inovação científica e tecnológica indispensável para a construção do desenvolvimento de forma multidimensional
- esteja articulada aos movimentos sociais e populares presentes e atuantes na região;
- Que contemple em sua gestão a participação dos movimentos sociais e populares de forma institucionalizada, em todas as suas instâncias;
- apóie, se articule e qualifique a estrutura de ensino superior existente na região valendo-se das mais variadas formas de parceria;
- configure um padrão referencial de ensino universitário e, fortalecendo a sociedade do conhecimento, promova o desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

## *A Mesorregião Grande Fonteira do Mercosul*

### **As políticas nacionais de desenvolvimento regional**

A evolução sócio-econômica do Brasil, dadas as dimensões territoriais do país e os modelos de desenvolvimento adotados, foi marcada por uma crescente concentração regional da produção e da renda. As desigualdades regionais intensificaram-se, conformando um padrão macrorregional que diferenciou marcadamente as regiões Norte e Nordeste, e, em certa medida, o Centro-Oeste, das regiões Sul e Sudeste. As desigualdades se reproduzem também dentro das macrorregiões. Se, por recortes específicos, possuem certa homogeneidade, observadas por outros parâmetros, apontam uma heterogeneidade acentuada dentro de cada uma das macrorregiões.

Nas décadas de 50, 60 e 70, organizaram-se iniciativas de desenvolvimento regional em âmbito nacional para reverter as tendências demográficas, econômicas e sociais geradoras dessas desigualdades.

O limite de todas as experiências, razão talvez de sua extinção, foi a baixa qualidade dos resultados se comparados aos investimentos públicos realizados. Uma das razões de seu pouco sucesso foi seu excessivo foco na geração de empregos através da implantação de grandes empreendimentos econômicos privados, dando margem à aceleração de processos concentradores de riqueza e renda e a grande incidência de processos fraudulentos de obtenção e uso dos recursos.

Desconsiderando os povos e culturas locais, o processo de desenvolvimento regional tomou como premissa fundamental a modernização e a competitividade dos empreendimentos, sem se aperceber que o maior investimento deveria ter sido na estruturação de processos educativos e organizacionais que permitissem às populações locais gerar seu próprio desenvolvimento.

O processo seguiu a regra de todos os programas estatais no Brasil de querer levar o desenvolvimento para as regiões, desconsiderando completamente a premissa fundamental de que os territórios e populações se desenvolvem a partir da dinamização e da articulação da cultura e dos saberes historicamente construídos pelas populações a partir de processos educativos capazes de tomar como ponto de partida para o desenvolvimento a reflexão sobre a realidade local e as teorias para a geração de novos conhecimentos. O desenvolvimento assim gerado, com as populações locais, torna-se mais consistente, é capaz de eliminar as diferenças regionais de renda, mantendo a identidade cultural aliada à construção de novas alternativas produtivas, tecnológicas, sociais e culturais.

Certamente os investimentos públicos teriam, a médio e longo prazo, resultados muito mais expressivos na construção do desenvolvimento, evitando o processo ocorrido em que, regiões inteiras, viram surgir complexos agropecuários, industriais, tecnológicos e comerciais que geraram dinamismo econômico, mas que mantiveram as populações locais em situações iguais ou piores do

que a anterior.

A atual fase de desenvolvimento capitalista, denominada de globalização, caracterizada pelo Professor Milton Santos<sup>1</sup> como o império do dinheiro puro e da informação, transforma as regiões em presas da competitividade internacional portadora de interesses distantes e descolados da vida local, regional e territorial (considerado aqui, território brasileiro). Por essa razão, os processos gerados pela estrutura oficial tiveram, nos planos de desenvolvimento regional, a preocupação da inserção competitiva no mundo globalizado, na certeza de que o desenvolvimento assim gerado teria capacidade de redistribuir riqueza e renda. A partir dessa percepção, os maiores incentivos foram para atrair grandes empreendimentos privados e para implantar as infraestruturas exigidas para seu funcionamento.

Esta tendência homogeneizadora dos processos de desenvolvimento segue os ditames dos organismos multilaterais internacionais hegemônicos pelos países ricos que compreendem que as regras do desenvolvimento são aplicáveis indistintamente para todos os países e regiões, desconsiderando todos os processos culturais locais. O desenvolvimento local compreendido por esses organismos tem o papel de mobilizar os atores sociais locais para a construção de consensos e geração de processos de inserção competitiva no mercado globalizado como se não houvessem outras possibilidades de geração de desenvolvimento, com outras concepções e dinâmicas.

Entendemos que a política de desenvolvimento regional deve ser repensada e sua construção apostar muito mais na capacidade das populações locais para gerá-lo, a partir de sua cultura, de sua experiência histórica, articulada a processos educativos (entenda-se que não são capacitações e qualificações na compreensão do que vem sendo realizado no Brasil a muitos anos para habilitar trabalhadores para o trabalho mais especializado) que envolvam todos os níveis de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico adequado às demandas e necessidades de cada setor e políticas públicas construídas e geridas socialmente.

É um processo que deve partir da concepção de desenvolvimento contra-hegemônico construída a partir das reflexões e alternativas geradas nas práticas dos movimentos sociais populares, do campo e da cidade, que possibilite processos a partir das características próprias e especificidades locais e de integração entre campo e cidade a partir de uma nova concepção de sociedade e de mercado.

Neste sentido ganha mais força ainda a proposta de uma universidade que tenha como foco específico a agricultura familiar e camponesa e as classes populares urbanas. Nenhuma universidade conseguirá atender a demanda de todos os setores sociais pelos próprios limites de seu tamanho,

---

<sup>1</sup> SANTOS, Milton, *A natureza do Espaço*, São Paulo, Edusp, 2002; SANTOS, Milton, *A Urbanização Brasileira*, São Paulo: Ed. Hucitec, 1993; SANTOS, Milton, *Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro: Ed. Record, 11 ed. 2004.

mas poderá contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento a partir da história e da prática de agricultores familiares e camponeses, das classes populares urbanas, suas organizações e movimentos sociais populares.

## **A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul no contexto das políticas de desenvolvimento regional**

No contexto da PNDR, são criadas 12 mesorregiões diferenciadas, entendidas como espaços sub-regionais, estaduais ou de confluência de dois ou mais estados e/ou de fronteira com países vizinhos, propícios ao desenvolvimento de atividades produtivas e de cooperação, objetivando o desenvolvimento regional com equidade e sustentabilidade.

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, compreendendo 415 municípios, com área total de 139 mil quilômetros quadrados e população de quatro milhões de habitantes. Apesar de constituir uma Mesorregião de ocupação antiga, tem grau de urbanização relativamente baixo, em torno de 65%, concentrando parcela significativa da população no campo.

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada a partir de disputas territoriais entre espanhóis e portugueses, entre o Brasil e a Argentina e entre os estados (Paraná e Santa Catarina), por conflitos como a Guerra do Contestado e a Revolta dos Colonos do Sudoeste do Paraná, pela presença de indígenas, caboclos, quilombolas e descendentes de imigrantes europeus e pela ocupação do seu território por processos de colonização que formaram uma base de agricultura familiar e camponesa assentada na pequena propriedade.

O seu povoamento começou pelas populações indígenas e, posteriormente, de caboclos, que foram sendo paulatinamente reduzidas ou deslocadas para outros espaços pela entrada do processo de colonização fundamentado na vinda de colonos de origem européia, provocando profundas alterações culturais e sociais, permeadas, em muitos momentos, por fortes conflitos.

Sua estrutura social, cultural, política e econômica atual se assentou inicialmente na predominância de atividades de extração madeireira comandada por colonizadoras e a entrada de colonos em áreas antes ocupadas pelos indígenas e caboclos.

Com o declínio da produção madeireira e a consolidação da agricultura de pequena propriedade, aparecem os primeiros frigoríficos e cerealistas, que deram origem ao atual setor das agroindústrias integradoras.

Com o processo de modernização da agricultura brasileira, especialmente a partir de 1965 quando são implantados o Sistema Nacional de Crédito Rural, o Estatuto da Terra e estruturado o sistema de assistência técnica rural, consolidando a estruturação do complexo agroindustrial brasi-

leiro, inicia-se um conjunto de profundas mudanças na estrutura e na organização do território.

De um lado ocorre a formação de um complexo agroindustrial que passa a integrar a agricultura à indústria. Inicialmente com os suínos, depois com as aves, avança para outras cadeias produtivas, como o fumo, os grãos e o leite.

Ao mesmo tempo, a vinculação do crédito à modernização da produção, promove um processo de entrada de máquinas, equipamentos, sementes híbridas (e mais recentemente as sementes transgênicas), adubos químicos solúveis, agrotóxicos e outros insumos modernos, promove a especialização da produção de grãos, dando origem à monocultura, e, em função de sua inadequação às condições das pequenas propriedades e à baixa relativa dos preços dos produtos, provoca um intenso processo de êxodo rural e concentração da propriedade da terra.

Neste período ocorre um rápido processo de urbanização, atraindo para as pequenas cidades parte da população que sai do campo. Esse processo se acentua nas décadas de 1970 e 1980, e continua na década de 1990, embora com menor intensidade.

O território da Mesorregião, antes predominantemente agrícola, passa a sofrer alguns processos de intensa mudança:

- Perda de população para os grandes centros urbanos de outras regiões, especialmente as capitais dos estados;
- Perda de população do campo, que migra, em parte, para os grandes centros de fora do território e, em parte, para os centros urbanos da própria Mesorregião. Deve-se salientar que, dentro da Mesorregião, alguns pólos regionais urbanos atraíram mais acentuadamente esses migrantes.
- Entre as décadas de 1980 e 1990 os pequenos municípios (com menos de 20 mil habitantes), com poucas exceções, sofreram redução de sua população total e, muito mais ainda, de população rural.
- Os municípios pólos se destacam em função da presença das agroindústrias integradoras, que geram expectativas de absorção de mão-de-obra e criam condições para o desenvolvimento de outros setores da indústria e do comércio.
- Entre as décadas de 1970 e 1990 estrutura-se um grande número de cooperativas agropecuárias, que, após algumas crises, incorporações, fusões e retomadas, formam um complexo de grandes cooperativas que atuam fortemente em diversas cadeias produtivas, inclusive instalando sistemas de integração próprios e assumindo estrutura empresarial.

Ao longo do tempo, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de organização de ato-

res sociais diversos, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de movimentos sociais populares, entidades e organizações políticas, sociais e econômicas de caráter popular, associações e conselhos municipais, associações e dinâmicas de desenvolvimento local e territorial que constituem hoje um grande patrimônio social da Mesorregião e que têm servido como modelo para as demais mesorregiões do país.

Atualmente, a Mesorregião abriga 9 Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, 09 Associações de Municípios e 238 municípios no Rio Grande do Sul, 09 Associações de Municípios de Santa Catarina, que abrigam 130 municípios, além de 04 Associações de Municípios no Paraná, que reúnem 47 municípios.

Fazem parte das organizações, também, um conjunto de processos de desenvolvimento territorial desenvolvidos a partir dos programas da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT – do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – e que tem como objetivo o fortalecimento da Agricultura Familiar a partir de processos endógenos de desenvolvimento e mobilização dos atores sociais, públicos e sociais, para a dinamização dos territórios na construção do seu próprio desenvolvimento. Embora seja um processo mais recente, é fundamental para a superação dos problemas que afetam os municípios envolvidos, especialmente a agricultura familiar e o campesinato.

Com estrutura similar, embora organizado a partir do Ministério do Desenvolvimento Social, formam-se no território alguns CONSAD – Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – e que, em algumas microrregiões, estão integrados à estrutura dos territórios da agricultura familiar.

A tendência, nas experiências de desenvolvimento territorial, é a pressão para que se supere a visão do agrícola para assumir um caráter de desenvolvimento local, com a inclusão dos atores sociais urbanos, sem questionar a possibilidade de garantir que seja pesquisado e experimentado um processo fundado em novos paradigmas de desenvolvimento.

No âmbito popular, originário das grandes mobilizações populares ocorridas a partir da década de 1970, forma-se uma forte rede de Movimentos Sociais Populares, sindicatos de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, cooperativas de caráter solidário (Crédito, leite, comercialização, industrialização), associações e grupos de produção, agroindustrialização e comercialização de pequeno porte, sindicatos e cooperativas solidárias urbanas e ONG's que atuam no campo popular, que desenvolvem processos de desenvolvimento alternativo e contra-hegemônico.

Deslocadas em relação ao modelo hegemônico de desenvolvimento, essas alternativas não encontram espaço para se pensar e avançar e, muitas vezes, ficam confinadas ao espaço dos próprios movimentos sociais.

Essa ausência de espaço para o debate de alternativas demonstra que existe disputa de projeto de sociedade, de concepção de desenvolvimento e de modelo de relações sociais e explicita o conflito de interesses e concepções na construção do desenvolvimento regional. As concepções hegemônicas no território da Mesorregião, assim como no restante do Brasil, cerceiam os espaços para as concepções discordantes ou contraditórias.

A tendência homogeneizadora do modelo de desenvolvimento capitalista não abre espaço para a diferenciação, a não ser quando pensada no sentido de geração de mercadorias diferenciadas para o mercado. O modelo hegemônico não consegue perceber a heterogeneidade e a pluralidade como válidas em função da dificuldade de dominação e de submissão aos processos de acumulação.

No mesmo sentido aparecem as concepções de desenvolvimento local e territorial, que buscam negar a existência de disputas de projeto, apontando para a geração de consensos como única forma de relação social na produção do desenvolvimento, sem se dar conta que o modelo de desenvolvimento hegemonizado pelo capital não tem espaço para todos e nem para todas as regiões.

Verifica-se, também, uma grande disparidade da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul em relação ao restante da região Sul. Apesar de a Mesorregião compreender um quarto do território e abrigar um quarto da população da região, o seu Produto Interno Bruto representa pouco mais que um décimo do Produto Interno Bruto da Macrorregião Sul. Além disso, o PIB per capita da Mesorregião (US\$ 3.285) é 40% menor que o da região Sul (US\$ 5.320).

Existem alguns centros industriais na Mesorregião com relativa diversificação. No entanto, a base da industrial na região é a agroindústria integradora que envolve as cadeias produtivas das aves, suínos, grãos, fumo, erva-mate, bovinos de corte e leite.

Ressalta-se a grande concentração de propriedades com menos de 100 hectares, que constitui uma das principais características da Mesorregião. Consideradas, pelas concepções tradicionais, um entrave para o desenvolvimento em função de sua dificuldade de inserção competitiva no mercado globalizado, uma parcela significativa de famílias dos agricultores familiares e camponeses possuem um alto grau de integração ao setor agroindustrial, formando a base de produção da matéria-prima para o setor.

É, também, muito forte a presença de pequenas cooperativas de caráter solidário, nas áreas do crédito, leite, agroindustrialização e comercialização, bem como de pequenas agroindústrias associativas e familiares.

A baixa renda per capita verificada não pode ser analisada apenas pelo lado do baixo desenvolvimento industrial e pelo fato da Mesorregião estar longe dos centros comerciais, mas deve ser analisada, também, a partir da adequação dos modelos de desenvolvimento adotados.

Um dos aspectos já salientado em relação ao processo de desenvolvimento da região é sua inadequação em relação à agricultura familiar e ao campesinato, bem como às classes populares urbanas.

É neste contexto que se coloca o desafio de uma universidade federal no território da Mesorregião. As demandas de cursos e pesquisas para os setores agroindustriais de grande porte e integradores já estão muito bem respondidos pelo conjunto das universidades públicas e privadas que atuam na região. Os setores que demandam espaço para estudo, pesquisa e extensão são a agricultura familiar e camponesa, no campo, e os setores populares, no meio urbano.

A demanda dos movimentos sociais do campo e da cidade, articulados nesta proposta, é a busca de uma universidade com foco específico na agricultura familiar e camponesa e nos setores populares urbanos, historicamente excluídos de acesso e cujos saberes não encontram espaço e nem eco junto à universidade tradicional.

Em síntese, a caracterização sócio-cultural, política e econômica da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul demonstra, de um lado, um conjunto de problemas econômicos e sociais que precisam ser atacados a partir de uma parceria entre o poder público, os movimentos e organizações sociais e populares, representantes do setor econômico dos mais diversos setores, incluídas as redes e organizações produtivas de caráter solidário e, de outro, o grande potencial para a alavancagem do desenvolvimento a partir da mobilização social e da articulação de políticas públicas, levando em conta a pluralidade cultural e social e as condições históricas de cada setor e classe.

Para construção de um projeto de desenvolvimento da Mesorregião é fundamental que se promova um amplo processo de debate, em que os setores populares assumam sua condição de sujeitos dos desenvolvimento e possam visualizar estrategicamente as alternativas que permitam a inclusão social e a geração de condições de melhoria da qualidade de vida e de justiça social.

O papel de uma universidade federal na Mesorregião passa por este viés: ter como foco específico a agricultura familiar e camponesa e os setores populares urbanos enquanto sujeitos de um novo projeto de desenvolvimento, fundado em uma visão de sociedade que supere a dominação e a submissão ao capital e ao mercado capitalista e promova a construção de uma sociedade justa e igualitária, construída a partir da participação efetiva dos setores populares.

Neste sentido, a implantação da Universidade Federal da Mesomercosul configura-se como um dos projetos estruturantes de maior relevância, destinado à formação de pessoas e à geração de ciência e tecnologia, impactando, de forma permanente e duradoura, o processo de desenvolvimento mesorregional.

## ***A importância da criação de uma Universidade Federal na Mesorregião***

A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul possui área de 139,2 mil km<sup>2</sup>, congrega 415 municípios integrantes dos três Estados do Sul do país, com aproximadamente 4.075.000 habitantes.

Com uma economia fortemente relacionada à agricultura familiar e ao campesinato, nas últimas décadas a região viu suas condições sócio econômicas se agravarem em virtude da crise que se instalou no setor, a partir do processo de modernização da agricultura, baseado no modelo conhecido como Revolução Verde, e de um processo de agroindustrialização pautado por uma perspectiva de centralização e concentração de renda.

O processo modernizador da agricultura provocou um aumento da dependência das famílias ao mercado, tanto na produção, quanto no processamento e comercialização. Para modernizar suas atividades as famílias recorreram ao crédito e, na medida em que o endividamento se acentua, provoca a saída do campo de um grande número de agricultores familiares e camponeses, que migram para as cidades da região e para os grandes centros industriais em busca de novas condições de vida.

A agroindustrialização comandado pelas grandes empresas realiza o processo de integração da agricultura aos seus interesses. Nos últimos anos percebe-se que essas agroindústrias vem realizando um processo de seleção entre seus integrados a partir da exigência de modernização contínua dos processos produtivos e das instalações. Grande parte das famílias não tem condições de realizar os investimentos e são afastadas da integração. O número de famílias integradas vem se reduzindo progressivamente e as famílias que permanecem integradas aumentam sua produção como única possibilidade de permanecer na atividade.

Outro aspecto que incide de forma muito forte na sustentabilidade das famílias é a inadequação das tecnologias disseminadas pelos sistemas públicos e provados de assistência técnica e exigidos para a concessão dos créditos. Isso eleva os custos de produção e torna inviáveis as pequenas propriedades.

Na medida em que se levar em conta as perspectivas de desenvolvimento apontadas na caracterização da Mesorregião, é fundamental colocar em debate alternativas de desenvolvimento pautadas a partir das classes e movimentos sociais populares, gerando novas referências a partir dos atores sociais e populações historicamente deixadas de lado dos debates pelos modelos adotados no Brasil.

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar e camponesa são diferentes dos problemas enfrentados pelo agronegócio.

Enquanto o agronegócio se centra no processo de inserção competitiva no mercado globalizado, com adoção de produção em escala de mercadorias e *commodities* e que tem seu conjunto de preocupações centradas apenas na produção, a agricultura familiar e o campesinato e seus movimentos sociais e populares adotam um conceito de campo enquanto espaço de vida, de relações sociais e culturais, de produção e de relação com a cidade pautada nos princípios da solidariedade e da cooperação.

Ao conceber o campo como espaço de vida, estabelecem o princípio da multidimensionalidade do desenvolvimento, envolvendo, para além da produção, todos os outros aspectos da vida familiar, comunitária e social.

Ao conceber essa multidimensionalidade no seu projeto de desenvolvimento, agricultores familiares, camponeses e seus movimentos sociais:

- estabelecem uma relação nova com a terra, de forma contraditória em relação à economia de mercado, assumindo-a como espaço de reprodução da vida e não como patrimônio;
- apontam para a prioridade na produção de alimentos ecológicos, saudáveis para si e para a sociedade, tendo como base tecnológica e social a agroecologia;
- propõe uma relação com o ambiente de forma sustentável, produzindo e vivendo a partir dos princípios agroecológicos de respeito aos recursos naturais, sem explorá-los e depredá-los, mas aproveitando-os para produzir a fertilidade, os alimentos e as condições de vida;
- negam a monocultura e propõe a policultura como fator de equilíbrio e sustentabilidade das suas unidades de produção e vida familiar, de suas comunidades, dos seus municípios e regiões;
- propõe a prioridade para a produção de alimentos para os mercados locais, territoriais e mercado interno e uma nova relação com os consumidores pautada pelos princípios da solidariedade;
- apontam para um novo modelo de agroindustrialização associativa e familiar que garanta um processo de agregação de valor às suas produções e o fornecimento de alimentos saudáveis e diferenciados aos consumidores;
- compreendem que a diversificação produtiva e a policultura, a agroindustrialização familiar e associativa e a comercialização devam estar assentadas no princípio da responsabilidade social com o fornecimento de alimentos de qualidade e

com a soberania alimentar.

- se propõe a um processo de articulação em redes das organizações e movimentos sociais para o estabelecimento de relações estáveis com a sociedade.
- buscam e propõe políticas públicas adequadas à vida no campo, a partir de suas condições locais e especificidades de classe;
- concebem a educação a partir dos princípios da educação popular e da educação do campo, que pense o campo a partir dos seus sujeitos, de suas memórias, seus saberes, historicizando-o como espaço de vida e de relação social;
- Diferenciam a educação do campo da educação rural, que sempre se pautou apenas na produção;

No mesmo sentido, a concepção de desenvolvimento multidimensional e alternativo deve ser pensado para as classes populares urbanas e seus movimentos sociais.

Um aspecto importante a ser considerado é que, na maioria das pequenas cidades da Mesorregião, a população urbana é originária do campo e ainda está em fase de adaptação cultural à nova vida. Essa condição coloca desafios diferenciados em relação aos centros urbanos de maior porte, onde a maioria da população já é caracteristicamente urbana.

Essa condição da população urbana, ao mesmo tempo em que desafia as políticas públicas, determina a necessidade de buscar outros parâmetros para pensar o desenvolvimento.

Alguns aspectos devem ser levados em conta no momento de se discutir propostas de desenvolvimento para o meio urbano e para as camadas mais pobres da população:

- o primeiro é buscar alternativas ao sistema de geração de empregos implantado no país, que está centrado na qualificação e re-qualificação profissionais, considerando apenas o aspecto técnico do trabalhador, sem considerar seus aspectos humanos, e considerar a realidade do sistema capitalista, que não tem objetivo e nem condições de gerar pleno emprego;
- o segundo é combater a precarização das relações de trabalho praticada pelo mercado, na maioria das vezes de forma disfarçada e à revelia da legislação, e buscar alternativas de geração de trabalho e renda a partir da organização do trabalho;
- o terceiro é fundamentar os processos de construção de alternativas tendo como sujeitos os trabalhadores e trabalhadoras urbanos;
- e, finalmente, deve pensar as políticas sociais para além da superação

da miséria e do assistencialismo.

Ao pensar a multidimensionalidade do desenvolvimento, as classes populares urbanas e seus movimentos sociais:

- concebem processos educativos fundados em sua realidade social, buscando alternativas solidárias de geração de trabalho e renda, organização social e valorização cultural;
- se propõe a buscar referências de alternativas econômicas a partir da economia popular, gerando processos organizativos, formação de redes de empreendimentos e, a partir das estratégias de sobrevivência presentes junto às classes populares, articular um novo sistema de produção e de mercado tendo como valor fundamental a solidariedade;
- concebem um processo de desenvolvimento territorial que articule as classes populares do campo e da cidade na busca de alternativas de organização social, econômica, cultural e política que valorize a pluralidade e a diversidade e construa relações que rompam com a submissão imposta pela economia de mercado.

É a partir da demanda e das necessidades específicas das classes populares que este projeto se justifica. Agricultores familiares, camponeses e seus movimentos sociais pautam uma universidade que tenha como foco específico a sua realidade social, cultural, econômica e política que tenha como referencial fundamental sua concepção de campo como espaço de vida e de sujeitos sociais capazes de gerar desenvolvimento a partir da sistematização e da construção de conhecimento a partir de seus saberes, construindo conhecimento novo a partir do estudo, da pesquisa e da experimentação desses novos referenciais de desenvolvimento.

Da mesma forma as classes populares urbanas necessitam de uma universidade que assuma como ponto de partida a sua realidade e a busca de alternativas de desenvolvimento a partir de suas demandas e necessidades, superando a visão de que apenas precisam de empresas que lhes dêem empregos. Considerar essa população como sujeito do desenvolvimento significa assumir pontos de partida contraditórios ao do mercado capitalista, que apenas vê nessa população uma fonte de mão-de-obra barata e submissa pela falta de condições de sobrevivência.

A Mesorregião conta com um universo bastante grande de universidades e cursos superiores que, no entanto, não respondem justamente à população que mais tem necessidade de buscar alternativas.

Enquanto as empresas tem que buscar a inserção competitiva no mercado, e contam com muitos cursos e universidades preocupadas em lhes dar respostas, essa população pobre e seus mo-

vimentos sociais tem que construir alternativas de sobrevivência sem contar com possibilidades de estudo e pesquisa e sem contar com cursos ou universidades que coloquem em suas pautas o estudo e a pesquisa de novas visões de desenvolvimento contraditórias ao capitalismo e que sejam contra-hegemônicas ao sistema que as exclui.

Foram criadas na região as Universidades Regionais, associadas às administrações públicas em nível estadual e municipal, que é um modelo comunitário de universidades que conseguiu muitos avanços tanto no que diz respeito à qualidade e diversidade do ensino oferecido, quanto pela produção acadêmica através da pesquisa e da extensão. Obstante a isso, este modelo de atendimento para o ensino superior apresenta limites ao atendimento generalizado à população, justamente por estar condicionado à cobrança de mensalidades para sobreviver. Nem todos os alunos que desejam frequentar um curso superior podem fazê-lo devido às restrições impostas pela cobrança de mensalidades. Nesse caso, a exclusão tem um claro recorte social, visto que impede justamente o acesso da população com menor poder aquisitivo. Da mesma forma, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão encontra limites em decorrência da falta de investimentos públicos.

Outro agravante ao acesso à universidade que afeta diretamente a população do campo é a inadequação dos calendários escolares às atividades nas unidades de produção e vida familiar. O filho de agricultores familiares e camponeses, para poder estudar, deve, obrigatoriamente, deixar sua atividade durante o período de estudos.

Isso, associado à oferta de cursos inadequados à sua realidade social, faz com que os jovens do campo passem por um processo de urbanização, agravando ainda mais o êxodo rural.

A inadequação dos cursos ofertados é sentida principalmente a partir do processo de formação, mesmo nos cursos ligados às ciências agrárias. Os cursos tem seus currículos e projetos pedagógicos pensados a partir da preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho (leia-se empresas) ou para preparar pessoas para o agronegócio, inadequado à pequena produção.

Os processos de produção da agricultura familiar e camponesa, fundados em outras concepções como a agroecologia, a policultura, o auto-consumo, enfim, na produção de alimentos a partir de outra matriz tecnológica, não conseguem espaços para estudo e pesquisa.

Neste sentido deve-se salientar que não basta incluir a disciplina de agroecologia nos cursos de ciências agrárias para torná-los adequados à agricultura familiar e ao campesinato.

A sua adequação somente acontecerá na medida em que a universidade tiver cursos e departamentos de pesquisa e extensão que tenham como ponto de partida a realidade da agricultura familiar e do campesinato, que estabeleçam programas de pesquisa na área da produção, da tecnologia, do processamento, da comercialização, das relações sociais e culturais, das políticas públicas e

da discussão de um projeto político da agricultura familiar e do campesinato.

No mesmo sentido pode ser discutida a questão da população pobre das cidades e suas organizações sociais e populares. Todos os cursos ofertados tem como objetivo formar mão-de-obra para as empresas, sem discutir, pesquisar e incentivar a geração de novas alternativas econômicas, sociais e culturais. Uma universidade pública poderá centrar-se no processo de estudo, pesquisa e extensão na área da economia solidária, da economia popular e da economia do trabalho, que são conceitos já experimentados no Brasil e no mundo todo como geradores de novas alternativas econômicas e sociais.

Poderia a universidade exercer uma função muito importante na preparação de pessoas para a geração de novas relações entre o campo e a cidade, especialmente na questão da articulação e formação de redes que articulem a produção, a transformação, a distribuição e o consumo alternativos, com a construção de um novo mercado, de caráter solidário, capaz de realmente democratizar o desenvolvimento.

Elemento central do papel da nova universidade será em preparar pessoas que permaneçam no campo ou nas comunidades populares urbanas, respondendo aos desafios de construir o desenvolvimento a partir de suas organizações e movimentos. Hoje percebe-se que o conjunto das universidades forma as pessoas para atuar na própria universidade ou no mercado de trabalho das empresas ou serviço público, sem conseguir ou estarem preparadas para assumir papéis de geração de alternativas às comunidades de onde se originam, sejam filhos de agricultores familiares ou camponeses, ou pessoas dos bairros populares.

Por essa razão, a oferta de alternativas de ensino superior público e gratuito é condição essencial ao desenvolvimento regional, estendendo o acesso a esse nível de ensino também à população mais pobre, desde que associado a políticas afirmativas de inclusão, estimulando o seu desenvolvimento.

### ***Papel e foco da Universidade Federal na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul***

A Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul assumirá **caráter popular**, tendo sua estruturação, organização, funcionamento e projeto político pedagógico pautados pelas necessidades e demandas das classes populares, do campo e da cidade, e **focos específicos na agricultura familiar e camponesa e nas classes populares urbanas, nas organizações e movimentos populares do campo e da cidade**, organizando sua estrutura de ensino, pesquisa e extensão a partir das realidades sociais, econômicas, culturais e políticas dessas classes e movimentos sociais, respeitando ainda os seguintes princípios orientadores:

- O desenvolvimento regional integrado, tendo como ponto de partida a concepção de campo como espaço de vida e produção;
- O estudo, pesquisa e extensão fundados nos princípios da educação do campo, na educação popular e na construção de sujeitos do desenvolvimento preparados para promover transformações sociais em busca de uma sociedade justa e igualitária, em que o trabalho seja a base da organização social, econômica e cultural tanto no campo como na cidade;
- A universidade assumirá em toda a sua estrutura o foco na pesquisa, estudo e construção de referências de alternativas de desenvolvimento do campo baseado nos princípios da solidariedade e da cooperação, na busca de novo modelo de organização da produção, da transformação, da distribuição e do consumo fundados nos princípios da solidariedade e da justa distribuição da renda, e na proposição de políticas públicas que incentivem uma nova matriz produtiva a partir dos princípios da agroecologia, o resgate e aperfeiçoamento de relações sociais e culturais a partir dos fundamentos históricos da agricultura familiar e campesinato assentados nas práticas sociais dos movimentos sociais populares do campo.
- Desenvolvimento de alternativas de vida e produção para as classes populares das cidades fundadas nos princípios da economia do trabalho e economia solidária, construção de propostas de políticas públicas a partir das necessidades e demandas populares, na construção de uma educação de qualidade construída a partir da realidade social da população e com objetivo claro de construção de sujeitos do desenvolvimento.
- Garantia de acesso ao ensino superior para as classes populares do campo e da cidade e estrutura metodológica adequadas às condições dos sujeitos dos processos educativos.
- Garantia de acesso à universidade pelos agricultores familiares e camponeses de acordo com suas realidades de organização produtiva e social, de tal forma que permitam a permanência no campo.
- O desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador;
- Interação entre as cidades, estados e países que compõem a grande fronteira do Mercosul focados nas relações sociais e econômicas fundadas nas práticas dos movimentos sociais e populares do campo e da cidade.